



## DESPACHO

Na esteira da opção legislativa anteriormente assumida, a alínea d) do nº3 do artigo 13º do Decreto-Lei. nº 20/2006 de 31 de Janeiro, determina a prioridade a observar na ordenação dos candidatos admitidos ao concurso externo para colocação de docentes na qualidade de portadores de habilitação própria para a docência;

O conteúdo do referido dispositivo legal é consonante com o disposto no nº4 do artigo 5º do mesmo diploma, pelo qual se estabelece o critério geral de acesso ao concurso por parte dos docentes não vinculados que sejam titulares de habilitação própria e detenham mais de seis de tempo de serviço docente efectivo;

Não obstante o aludido princípio geral, o nº1 do artigo 67º do citado Decreto-Lei nº 20/2006, veio, paralelamente, instituir um regime especial apenas aplicável até ao ano escolar 2007/2008, período durante o qual se torna a admissível a candidatura dos docentes com habilitação própria que não observem o referido requisito de tempo de serviço.

Considerando que a intenção do legislador ao prefigurar, para efeitos da 4ª prioridade, a candidatura dos docentes que reúnam, cumulativamente, os requisitos da habilitação própria e de tempo de serviço, primeiro no Decreto-Lei. nº 35/2003, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 20/2005 de 19 de Janeiro, e agora no Decreto-Lei. nº 20/2006, demonstra, inequivocamente, que a disposição inserta no nº1 do artigo 67º deste último diploma legal constitui, apenas, uma solução intercalar e meramente transitória que possibilita o acesso de docentes em situação de menor experiência profissional cujas expectativas já vinham sendo consideradas, de forma residual, no quadro legislativo antecedente ;

Considerando ainda que aos candidatos portadores de habilitação própria e com seis anos de serviço é facultado o acesso à profissionalização em serviço, consagrado no Despacho nº 6365/2005 (2ª série) publicado no Diário da República de 24 de Março e o Despacho nº 5714/2006 (2ª série), publicado no Diário da República de 10 de Março,

Tornando-se conveniente, em função das dúvidas e hesitações interpretativas entretanto surgidas, clarificar o alcance das referidas disposições normativas, tendo presente a unidade e a coerência do regime jurídico considerado no seu conjunto, determino que, sobre a mesma matéria e na execução do regime legal em apreço, seja observada a seguinte orientação interpretativa:

1. Em razão do disposto no nº4 do artigo 5º, conjugado com a alínea d) do nº3 do artigo 13º e ainda com o nº1 do artigo 67º, todos do Decreto-Lei nº 20/2006, a candidatura dos docentes portadores de habilitação própria que apenas acedam ao concurso externo ao



abrigo do nº1 do artigo 67º, é sempre considerada após o acesso dos candidatos que concorrem ao abrigo do nº4 do artigo 5º, também daquele diploma legal;

2. Deste modo, e para efeitos de posicionamento no âmbito da 4ª prioridade devem ser considerados primeiramente os candidatos com mais de seis anos de tempo de serviço docente, por escalões fixados nos despachos normativos que regulam as habilitações próprias para a docência, por ordem decrescente de graduação, seguidos dos candidatos com tempo de serviço inferior a seis anos, ponderando os escalões de habilitação, por ordem decrescente de graduação.

- 3- À Direcção-Geral de Recursos Humanos da Educação para conhecimento e adopção das providências adequadas.

Lisboa, 20 de Abril, de 2006

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

(Walter Vitorino Lemos)

DSAJC

Entrada...

Rubrica...